



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8148 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 06 - Educação Popular

O DIÁLOGO COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO DAS CLASSES POPULARES

Aline Praça Bernar - UFF - Universidade Federal Fluminense

Joana Paula dos Santos Gomes de Oliveira - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O DIÁLOGO COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO DAS CLASSES POPULARES

A educação dos sujeitos das classes populares, muitos deles ainda na infância, constitui nossa principal preocupação e *curiosidade epistemológica*. Curiosidade esta que nos movimenta numa insistente e permanente busca de novos olhares e escuta das vozes desses sujeitos na procura de maior compreensão de suas problemáticas inerentes. Nossos pontos de interesses investigativos se cruzam e se entrelaçam na tentativa de perceber melhor o que, especificamente, as meninas e as mulheres negras das classes populares estão denunciando em suas falas cotidianas.

Priorizamos o *diálogo* como base sustentadora de nosso *quererfazer* nos seios das pesquisas que encaminhamos. Entendemos o que chamamos de *diálogo* tal como Paulo Freire (2011) nos mostrou; um estar junto *com* o outro, *com* ele aprender, ensinar e, assim, construir processos coletivos de conhecimento a caminho de uma libertação e emancipação mútua.

Na busca pelo aprender e ensinar - sempre na relação *com* o outro -, nos deparamos com experiências trazidas nas vozes de estudantes meninas e mulheres das classes populares. Contudo, percebemos, no decorrer das nossas pesquisas, que essas experiências necessitavam de mais cuidado para que pudessem ser pensadas e transformadas, ampliando assim suas formas de representação, narrativas de si e autoria.

As metodologias da *pesquisa narrativa* Connelly & Clandinin (2008) e da *professora-pesquisadora* Esteban & Zaccur (2002), encontraram apoio no *paradigma indiciário* proposto por Ginzburg (1989) na tentativa de desconstruir formas preestabelecidas e legitimadas de ver, ouvir e ler, dando lugar à apreensão dos sinais e indícios para percursos outros.

A primeira dessas pesquisas é uma pesquisa de mestrado que segue orientada por experiências trazidas por vozes de meninas negras de uma instituição de ensino federal. As experiências reveladas no cotidiano escolar suscitaram a seguinte questão epistemológica:

Que práticas pedagógicas interferem na construção da identidade da menina negra?

O cotidiano escolar como *espaçotempo* do conhecimento, possibilitou à *professora-pesquisadora* perceber que duas meninas de seu grupo, não se retratavam como negras em seus desenhos. Com a proposta de trabalhar a identidade, foi feito o convite para a confecção de um autorretrato em tamanho real. Empolgada com a experiência, uma das meninas esbanjava riqueza nos detalhes. Contudo, começou pintando seus olhos com a cor azul. Compreendendo-se como mediadora, a professora disse: “querida, você pode olhar no espelho para ver a cor de seus olhos e cabelos”. A pequena ignorou o conselho da professora e seguiu colando a lã amarela como cabelo.

Com Gomes (2002) pensamos o *diálogo* como fio que tece a identidade pessoal e social e afirma a relação estabelecida *com* o outro. Enquanto pintavam, a professora aproveitava para refletir *com* as crianças sobre suas características físicas. E, quando a professora arriscou novamente o convite a olhar no espelho, a menina respondeu: “Eu sei que meu cabelo é preto e que sou marrom. Lá em casa todos são assim! Mas, eu quero me fazer loira de olho azul”. E ainda acrescentou: “quero fazer assim porque é mais bonito!”.

Com a fala dessa menina é possível aprender que o nosso autoconceito se apresenta da maneira como é vista pelos outros e como o imaginário social brasileiro tem como base um racismo de origem colonial. A fala da menina expressa o desejo de ter cabelo loiro e olhos azuis, talvez para esquivar-se das relações preconceituosas e discriminatórias que a acomete.

Vemos como a sociedade atua como um espelho perverso que reflete não a imagem da menina ou da mulher negra, mas a triste herança de ter que esquivar-se dos próprios desejos, sentimentos e belezas e refugiar-se naquilo que o outro deseja ver. A pouca representatividade negra no contexto escolar deve constituir um incômodo transformador em quem educa. É preciso, pensar em empoderamento, mas atentando-se aos sinais que, desde muito cedo, os pequenos apresentam ao modificar a sua aparência com a intenção de serem aceitas.

Em momentos de aprendizagens é possível apreciar junto *com* o outro uma outra face da mesma questão. Na busca pela afirmação identitária, o reencontro com as raízes pode evidenciar um passado negado, uma voz abafada, uma história não contada de personagens reais que poderiam protagonizar sua própria história.

É nesse ponto que as duas pesquisas aqui presentes se encontram. As meninas negras se tornam mulheres, silenciadas e com escolarização precária. É no chão dessa denúncia da negação e do silenciamento que se encontra a segunda pesquisa que contribui com a discussão em voga.

A segunda pesquisa é uma investigação doutoral que traz narrativas de mulheres negras para pensar os interditos sofridos para ver respeitado o seu direito de ser mulher negra e ser escolarizada. Enquanto meninas, essas mulheres travaram embates contra pai, irmãos; depois de adultas, continuaram a enfrentar maridos e patrões. Em algumas dessas falas é possível ver os movimentos feitos: “minha mãe achava que eu já estava velha demais para estudar”; “meu pai dizia que só ia colocar os filhos homens na escola”; “meu pai dizia que eu não ia estudar, só trabalhar dentro de casa” ou “eu era louca desde pequena para aprender a ler e a escrever, mas nunca pude ver uma escola por dentro.”; “quando eu trabalhava, meu patrão pegava na minha mão para eu assinar: aquele era o meu nome!”; “acho horrível ter que assinar tudo com o dedo!”

Em uma sociedade patriarcal, preconceituosa e machista, essas mulheres trazem a figura da mulher, negra, oriunda das classes populares e sem escolarização como condição. Cientes de sua *incompletude*, conforme apreço Freire (idem), buscam na aquisição da leitura

e da escrita um meio de inclusão, respeito e validação dos direitos. Nesse caminho, elas esbarraram em *desconceitos* Moraes & Schwengber (2017) que as classificam como cegas, incapazes, inferiores e analfabetas; mas apesar de tudo que enfrentaram, continuam a seguir seus caminhos em busca de dizer suas palavras, por acreditar que podem *ser mais* (FREIRE, 2011).

Diante do que foi exposto, é urgente falar sobre práticas antirracistas no contexto escolar e, assim, construir um espaço representativo para *com* meninas e mulheres negras. Entendemos, conforme coloca Gomes (2005), que é de responsabilidade dos educadores a compreensão da estrutura racista numa perspectiva histórica, social e antropológica, bem como as o que os sujeitos trazem de experiência em suas narrativas de vida. Nesse sentido, acreditamos que uma prática pedagógica emancipadora poderia atuar de forma mais eficaz na criação de espaços outros de representação e interpretação da realidade.

Palavras-chave: Diálogo. Práticas pedagógicas. Educação popular. Identidade negra

REFERÊNCIAS

ESTEBAN, M. T.; ZACCUR, E. (Orgs.) **Professora-pesquisadora: uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 39-62.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Revista .Bras. Educ.** 2002, nº 21, pp.44-51.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LARROSA, Jorge (Org.) **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Laertes, 2008.

MORAES, Marileia Gollo & SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Mulheres e Heranças Educativas do Analfabetismo. In: **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, 2017, nº 02, p. 233-249, Maio/Ago.